



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER
Assessoria Técnica da Coordenadoria de Usinas de Asfalto - DER-COUSATEC

ANÁLISE

Análise nº 31/2025/DER-COUSATEC

1. INTRODUÇÃO

Este parecer técnico tem por finalidade atender ao disposto no Memorando nº 385/2025 da Gerência de Licitações – DER-GEL, que solicita à Coordenadoria de Usinas de Asfalto (COUSA/DER-RO) a análise técnica das propostas apresentadas pelas empresas participantes do Pregão Eletrônico nº 90334/2024. O objeto da licitação é o registro de preços para fornecimento de placas de sinalização vertical de trânsito, com e sem implantação, conforme especificado no Termo de Referência SEI nº 0058865958

A análise aqui apresentada limita-se à verificação da conformidade técnica das propostas com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, bem como à avaliação da razoabilidade dos valores propostos, à luz da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao art. 59 e seus parágrafos 4º e 5º, que tratam da presunção de inexequibilidade.

2. ANÁLISE TÉCNICA

LOTE 01 – TOTTAL SINALIZAÇÃO LTDA

O Lote 01 refere-se ao fornecimento e implantação de placas de sinalização vertical para as usinas de Ariquemes, Jaru e Ji-Paraná. A proposta apresentada pela empresa TOTTAL SINALIZAÇÃO LTDA contempla a execução completa, incluindo materiais e serviços.

A descrição dos itens ofertados – como placas metálicas com película retrorrefletiva tipo I + SI, suportes de madeira tratada com seção de 8x8cm e 3,5m de altura, mão de obra especializada e transporte – está em conformidade com os requisitos do Termo de Referência. Além disso, foram apresentadas planilhas com composições de custo unitário contendo detalhamento de insumos, produtividade e equipamentos, o que demonstra domínio técnico e organização.

Contudo, observa-se que o valor proposto pela empresa, de R\$ 1.064.674,00 (um milhão, sessenta e quatro mil seiscentos e setenta e quatro reais), representa apenas 46,63% do valor estimado pela Administração, com BDI, que é de R\$ 2.441.641,96 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e um mil seiscentos e quarenta e um reais e noventa e seis centavos). Esta diferença de mais de 56% abaixo do estimado configura presunção legal de inexequibilidade, nos termos do art. 59, §4º da Lei nº 14.133/2021.

LOTE 02 – TOTTAL SINALIZAÇÃO LTDA

O Lote 02 contempla o mesmo tipo de fornecimento e implantação de sinalização, direcionado às usinas de Rolim de Moura, Cacoal e Vilhena. A empresa TOTTAL apresentou novamente uma proposta tecnicamente compatível com o Termo de Referência, utilizando os mesmos parâmetros de materiais, execução e estrutura de composição de custos.

O valor proposto para este lote foi de R\$ 872.662,00 (oitocentos e setenta e dois mil seiscentos e sessenta e dois reais), enquanto o valor estimado com BDI é de R\$ 1.797.268,46 (um milhão, setecentos e noventa e sete mil duzentos e sessenta e oito reais e quarenta e seis centavos), resultando em um percentual de 48,54% do valor de referência. Esta diferença também está abaixo do limite de 75% previsto em lei, o que implica, novamente, presunção de inexequibilidade.

LOTE 03 – TINPAVI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA

O Lote 03 refere-se exclusivamente ao fornecimento (sem implantação) de diversos itens de sinalização, incluindo placas em aço galvanizado com película retrorrefletiva tipo I + I, cavaletes, suportes de madeira, fixadores metálicos e tinta esmalte. A empresa TINPAVI apresentou proposta em plena conformidade com os requisitos técnicos, indicando marca comercial compatível (CN SINAL) e valores unitários discriminados com clareza.

O valor global proposto foi de R\$ 1.334.550,00, enquanto o valor estimado com BDI para este lote é de R\$ 3.210,470,03, o que representa 41,56% do valor de referência. Novamente, a diferença supera 58%, caracterizando presunção de inexequibilidade conforme o art. 59, §4º da Lei nº 14.133/2021.

3. FUNDAMENTO LEGAL APLICÁVEL

Nos três casos analisados, os percentuais dos valores propostos em relação aos valores estimados estão significativamente abaixo do limite de 75% estabelecido como referência no §4º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, o qual prevê:

“Presume-se inexequível a proposta de preços global ou por item que, sem justificativa adequada, apresentar valor inferior a 75% do valor orçado pela Administração.”

Essa presunção, por força de lei, impõe à Administração a adoção de diligência específica, solicitando à(s) empresa(s) adjudicatária(s) a comprovação da exequibilidade de suas propostas, com base em documentos e dados que demonstrem a capacidade de execução do objeto licitado dentro das condições ofertadas.

4. SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE MARCA E CATÁLOGOS TÉCNICOS DOS ITENS OFERTADOS

Durante a análise técnica das propostas apresentadas pelas empresas participantes do Pregão Eletrônico nº 90334/2024, observou-se que, em diversos itens, não foram informadas as marcas dos produtos ofertados, ou ainda, não foram apresentados catálogos técnicos que permitam verificar a compatibilidade com as especificações do Termo de Referência (0058865958). Considerando que o objeto licitado trata do fornecimento e implantação de materiais técnicos como placas metálicas com películas retrorrefletivas, cavaletes, suportes e tintas cuja performance e durabilidade estão diretamente ligadas às características dos produtos utilizados, recomenda-se à SUPEL e à Pregoeira que promovam diligência técnica, com o objetivo de:

Solicitar que todas as empresas informem as marcas dos produtos ofertados, quando não expressamente indicadas nas planilhas de composição ou nas propostas;

Solicitar a apresentação de catálogos técnicos ou fichas técnicas dos materiais indicados, para todos os itens, a fim de permitir a avaliação de sua conformidade com as exigências técnicas do Termo de Referência (0058865958).

Tal diligência encontra amparo no art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração Pública a realizar, na fase de julgamento, esclarecimentos ou complementações da instrução processual, sem que isso implique alteração de conteúdo ou favorecimento de qualquer licitante. Ademais, atende ao princípio do julgamento objetivo e da eficiência, assegurando que apenas materiais tecnicamente adequados sejam aceitos, conforme o escopo do certame. A medida se aplica a todos os lotes e itens ofertados, incluindo os já validados preliminarmente como compatíveis, visando garantir maior robustez técnica e segurança jurídica à análise final das propostas.

5. CONCLUSÃO

Diante da análise técnica realizada, conclui-se que as propostas apresentadas pelas empresas TOTTAL SINALIZAÇÃO LTDA (Lotes 01 e 02) e TINPAVI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA (Lote 03) estão, em linhas gerais, tecnicamente compatíveis com as especificações constantes do Termo de Referência (0058865958), no que se refere à descrição formal dos materiais e serviços ofertados. Contudo, ressalta-se que em todos os três lotes os valores apresentados estão substancialmente abaixo do valor de referência da Administração Pública com BDI, situando-se entre 41% e 49% do total estimado. Assim, nos termos do art. 59, §4º da Lei nº 14.133/2021, há presunção legal de inexequibilidade, sendo

recomendada a adoção de diligência formal pela SUPEL e pela Pregoeira, com a exigência de documentos que comprovem a viabilidade econômico-financeira das propostas apresentadas.

Além disso, conforme exposto no item 4 desta análise, recomenda-se que seja promovida diligência adicional junto às empresas proponentes para que informem formalmente as marcas dos materiais ofertados (quando não informadas), bem como apresentem catálogos técnicos ou fichas técnicas de todos os produtos cotados, a fim de subsidiar a verificação de conformidade técnica com o Termo de Referência. Tais medidas estão amparadas nos artigos 63, inciso I e 17, §1º da Lei nº 14.133/2021, e visam garantir a eficiência, o julgamento objetivo e a segurança na futura execução contratual, evitando eventuais falhas na aceitação de materiais inadequados ou não conformes.

LUCAS ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA

Coordenador de Usinas de Asfalto - COUSA

RAYÂNE REGINA LIMA BARBOSA

MEMBRO DA COMISSÃO

GABRIEL V. MORAES DE SOUZA

MEMBRO DA COMISSÃO



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Albuquerque de Oliveira**, **Coordenador(a)**, em 15/05/2025, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **RAYÂNE REGINA LIMA BARBOSA**, **Assessor(a)**, em 15/05/2025, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0060127768** e o código CRC **5D2AEAC5**.